

# OPERAÇÕES DE APOIO À INFORMAÇÃO NA AMAZÔNIA, EXPERIÊNCIAS COLHIDAS

Tenente Coronel Jorge Luís da Silva Pimentel

O Tenente-Coronel de Cavalaria Pimentel é Adjunto da Seção de Operações de Informação do Comando Militar do Norte (CMN), com sede em Belém-PA, onde atua na implantação da célula de Operações de Apoio à Informação (OAI). Foi declarado aspirante-a-oficial de Cavalaria na Academia Militar em 1992. Mestre em Operações Militares, realizou os Cursos Básico e Avançado de Operações de Apoio à Informação no Centro de Instrução de Operações Especiais e no Centro de Estudos de Pessoal. De 2009 a 2010, cooperou na implantação do Núcleo de OAI do Comando Militar da Amazônia (CMA) e foi Chefe da Subseção de OAI do Centro de Operações do CMA, de 2010 a 2012. Recentemente, operou o sistema de Apoio à Informação nas Operações Ágata 8 e Curare Oriental do CMN ([jorge\\_pimentel@uol.com.br](mailto:jorge_pimentel@uol.com.br)).



As Operações de Apoio à Informação (OAI) são procedimentos técnico-especializados, executados de forma sistemática para apoiar a conquista de objetivos políticos ou militares. As OAI são desenvolvidas antes, durante e após o emprego da força, visando a motivar públicos-alvo amigos, neutros ou hostis para obter comportamentos desejáveis.

A Constituição Federal estabelece que as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, destinam-se à Defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. No contexto amazônico, isso se traduz por criar condições para que o Estado Brasileiro atue na região, proporcionando identidade (no sentido *latu*) e cidadania aos habitantes locais, buscando soluções para diversos problemas,

principalmente, os da faixa de fronteira.

O histórico da presença militar brasileira, hoje percebida ou materializada pela Estratégia da Presença, constitui-se na sólida base que viabiliza a ação do Exército na defesa da Pátria. Na Amazônia, Estratégia da Presença e Defesa da Pátria mesclam-se.

No entanto, a simples presença não garante a conscientização da nacionalidade brasileira em locais muito remotos, como algumas localidades da faixa de fronteira. Para isso, é necessária a integração de ações e produtos planejados e desenvolvidos para a consecução dos objetivos psicológicos específicos, a fim de incutir na população dessas áreas lindeiras conceitos de brasilidade, que são a essência da garantia da soberania nacional.

Serão apresentadas algumas experiências colhidas durante OAI na Amazônia, destacando-se as ações do Comando Militar da Amazônia (CMA) e do Comando Militar do Norte (CMN) no arco fronteiriço brasileiro da Região Norte, com ênfase na interação e na busca do apoio da comunidade local ao trabalho da Força Terrestre (F Ter).

## AS OPERAÇÕES DE APOIO À INFORMAÇÃO

A visibilidade das ações do CMA e do CMN, ao evidenciar as características do “Braço Forte e da Mão Amiga”, reforça a credibilidade do Exército na área de responsabilidade desses dois Comandos Militares de Área (C Mil A). Isso possibilita o aumento da percepção de segurança e constitui-se na materialização da dissuasão como opção estratégica, o que se concretiza

de forma mais marcante no entorno dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), por meio das atitudes de seus integrantes, suas instalações, instruções, equipamentos e tecnologias agregadas.

Esses dois C Mil A, com base no arcabouço jurídico atual, desenvolvem ações preventivas e repressivas na fronteira. As ações repressivas inserem-se em operações como Ágata e Curare, além de outras executadas por tropas dos PEF, das suas organizações militares (OM) enquadrantes e de outras forças, como as Forças Especiais. Essas operações, atualmente desenvolvidas no contexto de operações interagências, também incorporam a assistência humanitária, que sempre é uma necessidade premente na área.

As ações preventivas são normalmente executadas por meio de operações planejadas, como os reconhecimentos de fronteira, quando pequenas frações percorrem, de forma rotineira e mensalmente, suas áreas de responsabilidade, realizando atividades de inteligência e de reconhecimento direcionados para o campo psicossocial. Nessa etapa, são também levantados dados essenciais para operações mais complexas. Mesmo sendo planejadas, essas ações podem ser executadas de forma inopinada.

Nos reconhecimentos de fronteira são realizados levantamentos de área para as OAI, oportunidade em que são identificados os principais grupos étnicos e/ou sociais, as línguas e/ou dialetos utilizados comumente pela população, os valores e as atitudes comuns, tais como crenças, temores, hábitos, símbolos com fortes significados emocionais

e aspirações de grupos locais, religiões mais importantes e suas influências sobre a população, importância da família, principais veículos de comunicação existentes, seu público e grau de aceitação. O levantamento de área para as OAI é essencial para o planejador entender a dimensão humana da área de operações (A Op).

Particularmente na região amazônica, devido à baixa densidade demográfica, a presença, a postura, a atitude e o perfil do soldado constituem uma forte componente das OAI, de comunicação social e da ação de comando, conforme preconiza o manual de Operações

de Informação (EB20-MC-10.213), uma vez que cada militar está em contato direto e estreito com a população, cujo apoio é o objetivo a ser perseguido permanentemente. Nos PEF, isso é uma realidade inalienável, haja vista os estreitos laços entre o pelotão e as comunidades vizinhas.

Para que se obtenha o apoio da população, as OAI na Amazônia são desenvolvidas por meio de campanhas gerais e específicas, elaboradas pela Subseção de Operações de

Apoio à Informação do Centro de Coordenação de Operações do CMA (S Seç OAI/CCOp/CMA) e pela Subseção de Operações de Apoio à Informação da 8ª Seção do Comando Militar do Norte (S Seç OAI/E8/CMN), considerando as peculiaridades de cada universo social.

Assim, as campanhas gerais são desencadeadas dentro das atividades rotineiras das unidades e em todos os níveis, visando à conquista e à manutenção do apoio dos integrantes das comunidades que vivem nas áreas de atuação dessas OM. Essas campanhas são desenvolvidas por meio de

**Na região amazônica, devido à baixa densidade demográfica, a presença, a postura, a atitude e o perfil do soldado constituem uma forte componente das OAI, uma vez que cada militar está em contato direto e estreito com a população, cujo apoio é o objetivo a ser perseguido permanentemente.**

ações e atitudes da tropa, estabelecidas por uma cartilha de táticas, técnicas e procedimentos, cuja consulta obrigatória e permanente é de grande valia para as OM de fronteira. Esse documento, também chamado de Normas de Conduta para Emprego de Tropa, estabelece regras de engajamento nas operações, conduta, tratamento com os diversos públicos-alvo e procedimentos em comunidades indígenas.

No CMN, por exemplo, foi editada uma cartilha com procedimentos gerais para missões em comunidades indígenas da área, contendo também lições aprendidas pela experiência de antigos e atuais comandantes de OM e militares que operaram em locais semelhantes. Nessa cartilha, há referências, amparos legais para operações militares (Op Mil) em terras indígenas, preparação para entrada nessas terras, procedimentos durante o transcorrer da operação, procedimentos específicos, tratamento de assuntos sensíveis em reuniões e o que fazer ao término da missão. Tais recomendações visam à plena integração entre os índios e o pessoal militar, contribuindo para o apoio dessas comunidades às ações da tropa.

Da mesma forma que no CMA, porém numa etapa anterior, a S Seç de OAI está em processo de implantação no CMN, dentro da Célula de Operações de Informação ou 8ª Seção, conforme a Diretriz para o Sistema de OAI, do Estado-Maior do Exército, publicada no (BE nº 9, 28 Fev 2014, p.41), cujas atribuições e responsabilidades são:

- planejar, preparar, executar e avaliar continuamente as OAI na área sob a sua jurisdição, em conformidade com as orientações estabelecidas pelo Comando de Operações Terrestres (COTER);

- interagir com o Estado-Maior do Exército (EME) e Órgãos de Direção Setorial, seja por meio dos processos e rotinas ordinários ou por iniciativa, a fim de informar e/ou buscar o atendimento das necessidades relacionadas à estruturação e funcionamento do Sistema de

Operações de Apoio à Informação do Exército em sua área de responsabilidade;

- prover os apoios logísticos e de comunicações às OM ou frações de OAI adjudicadas ao C Mil A, segundo as orientações emitidas pelo Comando Logístico, Departamento de Ciência e Tecnologia e COTER;

- propor ao EME a criação em caráter permanente de uma S Seç OAI, assim como de outras estruturas permanentes julgadas necessárias, considerando a imprescindível contrapartida de supressão ou compensação de cargos no âmbito do respectivo C Mil A; e

- ativar estruturas transitórias de OAI, segundo as orientações emitidas pelo COTER.

No CMA essa atividade vem sendo desenvolvida experimentalmente, desde 2008, por uma subseção com um oficial especialista. Portanto, há necessidade de sistematização para otimizar as atividades naquele C Mil A, que naturalmente atenderá, também, ao CMN.

Vale destacar que, para aperfeiçoar a implementação dessa capacidade no CMA, foi realizado um levantamento do pessoal especializado em OAI que servia na Guarnição de Manaus em 2008. Posteriormente, esses militares realizaram um estágio no 1º Batalhão de Operações de Apoio à Informação (1º BOAI) do Comando de Operações Especiais, visando à padronização de conhecimentos para o início das atividades do núcleo da S Seç.

Após a implantação desse núcleo, em 2009, os especialistas do CMA iniciaram seus primeiros trabalhos de apoio à Operação Curare, no planejamento, preparação e avaliação das campanhas. Em 2010, a situação evoluiu para o apoio a quatro operações, que tiveram seu planejamento executado e sua preparação, execução e avaliação orientadas por aquele C Mil A, estabelecendo objetivos, metas, possibilidades e limitações para o emprego de um Destacamento de Operações de Apoio à Informação (DOAI),

que é a estrutura inteiramente capacitada à proposição de campanhas de OAI do CMA.

No que concerne ao trabalho durante as operações, as atividades dos integrantes do núcleo começavam antes de a tropa entrar na A Op. A primeira atividade era a instrução e o treinamento de uma equipe de apoio, de valor grupo de combate (GC), recebida pela OM enquadrante. Em seguida, realizava-se uma pesquisa exploratória para levantamento dos dados e tomada da linha base, a fim de verificar, junto à população local, a aceitação da presença do Exército Brasileiro (EB). Finalmente, após o término da operação, depois que a tropa deixava o local, era aplicada outra pesquisa para avaliar, dentre outros elementos, a própria campanha de OAI.

Posteriormente, essas pesquisas eram tabuladas pelo DOAI na A Op e enviadas à

sede para análise pelos psicólogos do batalhão para emissão de diagnóstico do público-alvo, expresso graficamente, para fins de comparação dos resultados.

É interessante destacar que, após o início das operações, eram realizados diversos contatos com a mídia local, jornais, rádios e televisão, para dar ampla divulgação das atividades que estavam acontecendo nas localidades. Para isso, eram fornecidas gravações de *spots* para emissoras de rádio e serviço de alto-falante, a fim de serem disseminados no período, bem como agendadas entrevistas e coletivas com a imprensa.

Também eram realizados contatos com a Secretaria de Educação e com a rede de ensino fundamental e médio, para coordenação de palestras persuasivas, versando sobre



Participação em programa da rádio local

a importância da união do povo brasileiro, o conceito de patriotismo, o significado da soberania para o País, a importância da preservação do meio ambiente e o papel constitucional das Forças Armadas.

Eram ainda efetuados contatos com organizações não-governamentais (ONG), tais como o Distrito Sanitário Especial Indígena, a



Realização de palestras persuasivas em escolas.

Casa de Apoio à Saúde do Índio e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), órgãos de segurança pública (OSP) e de fiscalização, igrejas e formadores de opinião

No que diz respeito aos meios de comunicação social, um dado curioso e importante a destacar é que em localidades

como Clevelândia do Norte e Vila Brasil, no Estado do Amapá, Extrema, Vista Alegre do Abunã e Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, Santo Antônio do Içá, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, entre outras, há grande dificuldade de se obter meios audiovisuais e materiais para divulgação institucional do EB.

A solução desse problema, por vezes, passa por iniciativas pouco conhecidas, como contratar, por meio de suprimento de fundos, carros de som, conhecidos como “carros da pamonha”, para divulgar as campanhas, uma vez que nessas áreas da fronteira os meios regulares de contratação de serviços não conseguem efetivar todas as necessidades operacionais.

Desde 2010, com o trabalho do núcleo da S Seç OAI nas operações do CMA, foi possível realizar a integração com elementos de inteligência, por meio de levantamento de dados sobre as principais lideranças, pelo uso das mídias e das ações cívico-sociais (ACISO). Foi possível, também, conhecer as possibilidades e limitações da guerra eletrônica, vetor que, quando autorizado por ordem judicial, tem a capacidade de realizar a busca, interceptação e monitoramento do espectro eletromagnético, levantando as frequências de rádio ativas na área e de interesse para qualquer operação.

Assim sendo, de posse dessas informações, a equipe de OAI tem condições de realizar metodicamente o seu trabalho, atingindo objetivos bem definidos, tais como, desestimular determinados grupos-alvo a realizarem atividades ilícitas na A Op. Essa é apenas uma das capacidades das OAI, quando for devidamente autorizada.

De maneira semelhante à implantação no CMA, as



Entrevista com moradores durante a operação Curare Oriental 2014.

atividades de OAI no CMN foram impulsionadas na Amazônia Oriental em 26 de junho de 2013. Pode-se verificá-las na Operação Ágata 8, na qual foi desenvolvido um levantamento de área para OAI, com uma pesquisa exploratória quantitativa para saber o nível de aceitação da presença do EB na região fronteira do Amapá.

Essa pesquisa revelou que a percepção da atividade do EB está ligada às ações de segurança. Ainda que essas ações levem prejuízos às atividades de garimpo, que são de grande amplitude socioeconômica, os dados revelaram um nível de aprovação e aceitabilidade muito elevado do EB por parte da população. Quanto à presença de militares na região, 94,50% dos entrevistados foram totalmente favoráveis, 2% favoráveis com restrição, 2% pouco favoráveis e 1,5% não favorável.

Considerando a imagem positiva da Instituição, o objetivo da campanha “aumentar a aceitação do EB na região” poderia ter sido modificado para “manter a alta aceitação do EB na região”. Os índices de aceitação e confiabilidade são maximizados por meio da ampliação e/ou especialização das ACISO desencadeadas nos locais mais carentes. Quanto às áreas que mais necessitam

de assistência, 46,99% dos entrevistados responderam ser a saúde, 26,51% a educação, 22,29 a segurança, 2,41 todas as áreas e 1,81% o saneamento básico.

Outro aspecto relevante é a necessidade de instrução da tropa, de modo a prevenir possíveis excessos no trato com a população local, evitando-se que ações isoladas repercutam negativamente na imagem da Instituição. A conduta errada ou mesmo equivocada de um indivíduo pode trazer consequências muito danosas, principalmente em uma localidade pequena.

Aparentemente, há boa aceitação da presença do EB no Oiapoque, ainda que a economia dependa muito do garimpo não autorizado praticado na região. Mesmo que prejudiquem certas atividades irregulares, as operações militares são de curta duração. Assim, os prejuízos são temporários. Quanto à possibilidade de a presença dos militares trazer algum prejuízo para a cidade, 92% dos entrevistados responderam que não, 3% que sim e 5% não souberam opinar.

Cabe ressaltar que a sólida percepção positiva, provavelmente, é resultado da importância econômica individual do militar no microuniverso familiar, considerando-se que um soldado dobra a renda familiar e do longo período de existência da OM no município.

Nas operações futuras, pode-se pensar em um objeto de pesquisa que avalie operações de longa duração, que realmente provoque prejuízos em larga escala às atividades de garimpo e, conseqüentemente, em todas as outras que se beneficiam delas. Muito provavelmente, o resultado será um menor grau de aceitação da população às ações do EB na área.

Além do levantamento da área para OAI e da pesquisa, durante a Ágata 8 foram realizadas palestras nas escolas municipais Duque de Caxias, em Clevelândia do Norte, e Castelo Branco, no Oiapoque,



Divulgação por meio de um carro de som.

e foi estabelecido o contato pessoal cerrado com a população por ocasião das ACISO. Tudo isso, contribuiu com a criação de um banco de dados para eventualmente subsidiar e apoiar o emprego do 1º BOAI em operações futuras no CMN.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As OAI são fundamentais para se obter e manter o apoio da população. Na Amazônia, constituem-se em importante atividade no contexto geral das operações militares, cujo objetivo final é contribuir para a manutenção da soberania brasileira na região. Na faixa de fronteira do CMN, as OAI contribuem para mitigar os efeitos colaterais nas comunidades locais.

Pode-se afirmar, também, que a criação da S Seç OAI/E8/CMN complementa as atividades de OAI na Amazônia Oriental, seja por retirar esse encargo da S Seç OAI/COp/CMA, que não tem mais essa área sob sua responsabilidade, seja indicando o melhor caminho a seguir quando da análise do fator de decisão “considerações civis”.

Como importantes lições aprendidas, no que se refere às OAI na Amazônia, pode-se destacar:

- a necessidade fundamental de realização de pesquisas exploratórias, por meio de equipes de militares especialmente treinadas;
- a aproximação com os órgãos de mídia locais, é imprescindível para viabilizar a divulgação de informações e campanhas;
- o contato com os órgãos de educação deve ser buscado, a fim de possibilitar a realização de palestras junto às escolas da área;
- ligações cerradas devem ser estabelecidas

com os OSP e fiscalização, ONG, igrejas e formadores de opinião, a fim de angariar maior apoio e cooperação da população; e

- a instrução da tropa é de suma importância para evitar condutas que possam provocar incidentes durante as operações.

Os trabalhos realizados experimentalmente na Operação Ágata 8 pela S Seç OAI/E8/CMN no Oiapoque, nos distritos de Clevelândia do Norte, Ilha Bela e Vila Brasil, apontaram o elevado nível de aceitação da presença do EB. Esses trabalhos também indicaram novas possibilidades de atuação da tropa e enfatizaram o valor dos costumes tra-

dicionais, dentre os quais a manutenção de atitudes respeitadas para com todos os habitantes da fronteira, sob a pena de potencializar efeitos colaterais indesejáveis.

Na mesma senda, fica patente a necessidade da evolução da S Seç OAI/E8/CMN pelo mesmo caminho utilizado pela S Seç OAI/COp/CMA, ou seja, a necessidade de prospecção de especialistas para o cumprimento, de forma contínua, das tarefas

de planejamento, preparação, execução e avaliação das OAI na área do CMN. Isso certamente é uma lição de grande valor, que proporcionará a racionalização de tempo e recursos financeiros.

Por fim, ficou evidente que as experiências e as ações de OAI do CMA e do CMN, no arco fronteiro brasileiro na Amazônia, contribuem para a interação e a conquista do apoio das comunidades ao trabalho do Exército Brasileiro.

**Os trabalhos realizados experimentalmente na Operação Ágata 8 apontaram o elevado nível de aceitação da presença do Exército Brasileiro e enfatizaram o valor dos costumes tradicionais, dentre os quais a manutenção de atitudes respeitadas para com todos os habitantes da fronteira.**